

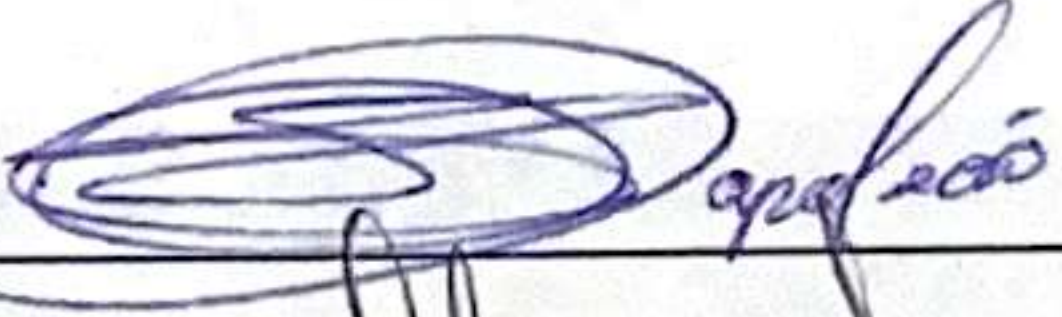


ATA Nº 24, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DO SANEAMENTO BÁSICO.

Aos (06) dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte quatro (2024) através do aplicativo Google Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes **Conselheiros (natos)**: Silvío Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE; Aquécio de Oliveira da Costa/SEINFRA. **Conselheiros (eleitos)**: José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Ecomuseu de Maranguape; Shirley Ferreira/AVATAH; José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU; Beatriz Ferreira Andrade/CEM. Tivemos ainda a participação dos técnicos do núcleo de Meio Ambiente da SEMURB: Antônio Marcos Falcão Júnior /Técnico da SEMURB; José Carlos Castro da Silva/Analista da SEMURB. Encerrada essa conferência de frequência, os trabalhos foram iniciados com a abertura da reunião pelo técnico Marcos que apresentou a pauta: **Central Municipal de Resíduos Sólidos e PRODETER**, que trata do andamento da política de resíduos sólidos no município em conjunto com a nova etapa alcançada com a instalação da central municipal de resíduos sólidos. Primeiramente, o Técnico Marcos menciona que a obra da Central de Resíduos seria fruto de uma ação consorciada do município, que teve entrada no consórcio no ano de 2021, sendo o sétimo município a ter sua entrada no consórcio da Região Metropolitana B. Após isso, o técnico Marcos explica que a central de resíduos se baseia na política estadual de manejo de resíduos originada em 2017. A central municipal de resíduos, é descrita por ser uma estrutura de baixo custo operacional que oferece à população serviço gratuito de recebimento e segregação de resíduos com potencial de reciclagem, tais como papel, plástico, vidro, metal e também óleo de cozinha usado, preparando-os para as indústrias recicladoras que realizarão o beneficiamento e reinserção desses produtos na cadeia produtiva. Além dos resíduos "secos" também foram mencionados os resíduos de construção civil e os resíduos orgânicos. Após isso o técnico Marcos descreve o modelo projetado da central de resíduos que havia sido apresentado pela SEMA e que vinha sendo usado na instalação da central municipal, contando com o galpão, área para resíduos verdes, compostagem, recepção e triagem. A localização da central de resíduos sólidos teria como localização definida dentro da sede urbana de Maranguape, por conta disto a alocação do projeto, com extensão de 2 hectares, foi direcionada para os bairros Pato Selvagem (Lameirão) e Coité, devido a aspectos de compatibilidade, havendo dessa forma, o obediência dos critérios ambientais. Em seguida foi abordado os aspectos das estruturas do projeto detalhando as a construção das vias de acesso e a delimitação dos espaços e suas respectivas funções a partir de plantas e modelagens 3d. O orçamento autorizado para construção do projeto foi apresentado como sendo de 846.542,35, tendo sido acompanhado por reuniões entre diferentes secretarias e instituições. Acerca do processo de funcionamento estaria subdividido em diferentes fases de tratamentos dos resíduos desde a fase de triagem, contando com o galpão de compostagem, manejo de resíduos verdes e madeira, manejo de resíduos da construção civil que teriam processo específicos associados a cada um. Após a exibição acerca da CMR (Centro Municipal de Resíduos), o conselheiro Luiz Menezes questiona acerca da replicação do projeto em outros municípios, com a resposta do técnico Marcos de que todos os municípios dentro do consórcio se valiam do mesmo projeto que havia sido elaborado pela instância estadual, através da SEMA e da Secretaria das Cidades em parceria com os municípios consorciados, sendo que a SEMA realiza a fiscalização da implantação do projeto. Em sequência a conselheira Shirley destaca que a participação da associação dos catadores com o projeto, se daria pelo fato que o governo do estado tinha como uma das exigências que houvesse envolvimento das associações com a CMR, condicionando programas como o bolsa catador com o ingresso em cooperativas ou associações reconhecidas, podendo haver parcerias com os municípios e outras instâncias governamentais. O técnico Marcos reitera a fala da conselheira Shirley, mencionando que a participação dos catadores estaria prevista dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) como importante diretriz, também havendo o condicionamento do recebimento de verbas de projetos estaduais ou federais com o cumprimento desses critérios. Em sequência o técnico Marcos dá início a apresentação sobre o PRODETER, que conforme as suas falas, seria uma parceria iniciada pela Prefeitura de Maranguape com o Banco do Nordeste com a associação de catadores (AVATAH) e a Clean Plastic. Desta forma o PRODETER (Programa de Desenvolvimento Territorial), que é promovido principalmente pelo Banco do Nordeste, buscando a união entre diferentes agentes, como as prefeituras, capital privado entre outros voltado para o desenvolvimento territorial, que seria a combinação de políticas governamentais derivados de iniciativas de desenvolvimento local, direcionado para o desenvolvimento econômico e sustentável. Dessa forma estes diferentes agentes atuaram em maranguape voltado para o fortalecimento da reciclagem no município. Maranguape sendo um dos municípios selecionados nos critérios do



programa, passando a ter acesso a crédito facilitado por parte do Banco do Nordeste para a facilitação do desenvolvimento do projeto, também concedendo formação e capacitação para os envolvidos. O papel da prefeitura seria voltado para a intermediação do Banco com as empresas privadas e outras instituições, para garantir o ganho econômico e qualidade social. Com isso é exposto que os objetivos centrais do programa estariam voltados para: fortalecer as cadeias produtivas das atividades priorizadas; Potencializar a participação dos agentes econômicos locais no desenvolvimento; Promover a articulação das políticas públicas para o desenvolvimento local e territorial, incorporar inovações tecnológicas em atividades produtivas e Promover financiamento integrado e orientado das atividades produtivas. Após expor estes pontos, o técnico Marcos deu abertura para realização de questões e observações necessárias. A conselheira Shirley, mencionou a parceria com a UFC para o fornecimento dos carrinhos e outros materiais e melhorias, as vantagens maiores sendo as de não depender de atravessadores que viriam a fracionar injustamente o rendimento do catador. Em seguida, o conselheiro Dalisson Cavalcante questiona acerca dos EPIs voltados para os catadores, se os mesmos estavam sendo considerados, o que foi prontamente confirmado pelo técnico Marcos que sim, e que já haviam sido devidamente entregues. Após isso o conselheiro, Silvio Napoleão, menciona a importância de se insistir no uso de EPIs por parte dos catadores que muitas das vezes negligenciam o uso desses equipamentos, em seguida ele também dá ênfase na incorreta da disposição de resíduos em áreas comerciais por parte de moradores e donos de comércio que se acumula e gera transtornos diversos, nesse contexto o conselheiro questiona se o programa abrange alguma ação com relação a este fenômeno que também seriam identificados em áreas fora do centro. Como resposta o técnico Marcos menciona que os resíduos comerciais não são contemplados por legislação específica em Maranguape, porém o licenciamento ambiental, PGRS e a Educação Ambiental que são os principais instrumentos utilizados pela prefeitura para combate ao descarte e disposição inadequada de resíduos, contando com o mapeamento dos pontos de lixo realizado pela Secretaria de Infraestrutura. Dessa forma diversas ações com uso destes instrumentos para a mitigação do descarte irregular. Em seguida, o conselheiro Luiz Menezes cita a importância de educar para melhorar a relação das pessoas com o meio ambiente, e menciona a possibilidade de padronizar o uso de sacolas plásticas utilizadas cotidianamente pela sociedade para facilitar a reciclagem a exemplo de um uso de cor específica para cada tipo de descarte. A sugestão foi elogiada pelo técnico Marcos que mencionou a necessidade de discutir mais a fundo este tema. O conselheiro Luiz Menezes reforçou a sua fala anterior com exemplos de aplicação desta ideia em outros municípios do país, mencionando a necessidade de um regulamento estruturado para a sua viabilização. Após isso, o técnico Marcos agradeceu pela presença, disponibilidade e contribuição dos conselheiros. Feitas as ponderações, a apresentação foi finalizada, sem mais para o momento, eu, Ítalo Renan Ferreira Girão, que secretariei esta reunião, dou por encerrada a presente ata, que será assinada por todos os presentes.//


Aquécio de Oliveira da Costa
Antônio Beatriz Ferreira Andrade
José Dalisson C. do Nascimento
Shirley Oliveira Ferreira
Luiz Menezes
Antônio Marcos Falcão Júnior
José Carlos Castro da Silva

1. Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE
2. Aquécio de Oliveira da Costa/SEINFRA
3. Antônio Beatriz Ferreira Andrade/CEM
4. José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Eco Museu Mpe.
5. Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH
6. José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU
7. Antônio Marcos Falcão Júnior/ Técnico SEMURB
8. José Carlos Castro da Silva/ Analista-SEMURB